

Política

Câmara analisa

Iserção do pagamento da tarifa nos ônibus do sistema urbano aos Atradores do Tiro de Guerra de Rio Preto



Agora com multa

Depois de ter sido vetado projeto que obriga os cinemas a realizar sessão destinada a autistas retorna a pauta

ADMINISTRAÇÃO

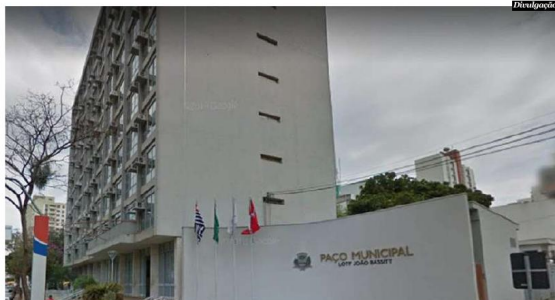
Rio Preto investe R\$ 336 mi no terceiro setor em 3 anos

O maior volume de recursos foi para a área da saúde, com mais de R\$ 277 milhões, representando 80,92%

Raphael FERRARI
redacao@dhoje.com.br

Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) revela que a Prefeitura de Rio Preto destinou mais de R\$ 336 milhões nos últimos três anos a entidades do terceiro setor para manter diversos serviços prestados, entre recursos municipais, estaduais e federais. O montante representa R\$ 716 aplicados para cada rio-pretense. O maior volume de recursos foi para a área da saúde, com mais de R\$ 277 milhões entre 2019 e 2021, representando 80,92% do total. Na sequência a área da Educação com 35,5 milhões, ou 10,66% do total no período. Em terceiro, a Assistência Social com R\$ 24,9 milhões, 7,42% do total.

Em relação aos tipos de repasses transferidos, o le-



Prefeitura de Rio Preto destinou R\$ 336 milhões para terceiro setor nos últimos 3 anos

vantamento do TCE mostra que convênios e contratos somaram R\$ 271,9 milhões, 80,87% das formas de repasses efetuadas pela administração. Já auxílios, subvenções e contribuições ao terceiro setor em Rio Preto consumiram R\$ 64,3 milhões, o que representa 19,3% do total.

Dos R\$ 336 milhões gastos no terceiro setor, R\$ 171 milhões, 50,9% foram de re-

ursos municipais, seguidos de R\$ 152,2 milhões, 45,26% de recursos federais, e R\$ 8,2 milhões, 2,45% de recursos estaduais.

Entre 2019 e 2021, a Fundação Faculdade Regional de Medicina de Rio Preto foi a que mais recebeu os recursos: R\$ 176,7 milhões. Para o Hospital Santa Casa foram R\$ 84 milhões, Associação Filantrópica Mamãe Idalina com R\$

13,1 milhões, Hospital Bezerra de Menezes com R\$ 8,7 milhões; entre outras entidades assistenciais de Rio Preto. Os valores podem ser conferidos na página do TCE na internet.

Já o governo estadual e as prefeituras paulistas, exceto a da Capital, destinaram R\$ 88,1 bilhões nos últimos três anos para manter os serviços prestados por 13,569 entidades do terceiro setor.

PAULO GUSTAVO E ALDIR BLANC



Deputado Motta vota para derrubar vetos

Motta vota para derrubar vetos contra leis culturais

O deputado federal Luiz Carlos Motta (PL) votou pela derrubada dos vetos às leis de incentivo à cultura Lei Paulo Gustavo e a Aldir Blanc. As duas leis, que juntas deve injetar R\$ 6,8 milhões no setor cultural brasileiro, foram vetadas pelo presidente Jair Bolsonaro.

A primeira já existente prevê R\$ 3,8 bilhões em recursos federais aos estados. A segunda, Aldir Blanc, que foi recentemente criada, prevê R\$ 3 bilhões ao ano aos governos municipais e estaduais. O objetivo é financiar as atividades culturais. O deputado Luiz Carlos Motta, diz que "o Congresso

já havia aprovado as duas leis, mas o governo federal decidiu vetar. Na sessão de quinta-feira (7) votamos pela derrubada do veto. As duas leis vão ajudar a amenizar os efeitos econômicos e sociais negativos causados pela pandemia no setor cultural."

As duas leis precisam ser promulgadas. Caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) se recuse a promulgar, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é obrigado a fazê-lo.

Artistas, produtores, técnicos, gestores e outros profissionais do setor terão recursos para realizar ações e projetos culturais.

EM ANDAMENTO

Saúde conclui mais uma licitação para equipar Hospital da Região Norte

Raphael FERRARI
redacao@dhoje.com.br

A Prefeitura de Rio Preto literalmente corre contra o tempo para finalizar uma série de licitações abertas para compra de equipamentos médico-hospitalares para equipar o Hospital Municipal da Região Norte. O Dhoje Interior mostrou em reportagem no mês passado que o maior entrave para iniciar os atendimentos no hospital é a conclusão das licitações e a definição, por chamamento público, da Organização Social que irá administrar o local.

Na próxima terça-feira, 12, deverá ser finalizada a escolha da empresa que ficará responsável por gerenciar o hospital.

Nesta sexta-feira, 8, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Saúde, publicou no Diário Oficial do Município, extrato de contrato em que declara a empresa Cisbrasile LTDA a responsável pelo fornecimento



Saúde conclui mais uma licitação para equipar Hospital

de dois aparelhos chamado Termodesinfectora, um equipamento industrial para lavagem, enxágue, desinfecção térmica e secagem de instrumentos, no caso, cirúrgicos. A empresa vai receber R\$ 550 mil pelos aparelhos. É mais uma licitação superada dentro as várias abertas para equipar o hospital da região norte.

A pasta da Saúde afirma que não há data para aquisição de todos os equipamentos

hospitalares já que "depende do andamento das licitações e eventuais recursos que as empresas apresentarem".

Na próxima terça-feira, 12, deverá ser finalizada a escolha da empresa que ficará responsável por gerenciar o hospital. O valor pago a instituição só será definido após conclusão do processo de chamamento público. A Prefeitura chegou a divulgar que o custo mensal para manter o hospital em

funcionamento era estimado em R\$ 2,7 milhões.

A Organização Social que vencer deverá ter contrato com um hospital terciário, nos casos de transferências de pacientes que apresentarem complicações em seus quadros clínicos estando no hospital municipal.

Nesta última semana a Prefeitura iniciou as chamadas "obras complementares" no valor de R\$ 654 mil. A Construtora Rio Obras Comércio de Materiais para Construção foi a vencedora e tem 90 dias para concluir todas as intervenções. As adaptações ocorrerão em determinadas salas do hospital, cozinha e outras estruturas internas.

A estrutura física foi concluída ao valor de R\$ 23 milhões pagos a empresa Constroeste que venceu licitação para a obra em troca de uma área de 145 mil metros quadrados no Distrito Industrial. A permuta foi possível após autorização de lei aprovada pela Câmara Municipal.

Ao todo, somente com os equipamentos, serão gastos mais R\$ 23 milhões. Do valor R\$ 18 milhões do governo do Estado de São Paulo e R\$ 5 milhões por emenda parlamentar do deputado Geninho Zuliani (União Brasil).

NO CALENDÁRIO

Geninho quer vacina contra varíola dos macacos



Geninho quer vacina contra varíola dos macacos cionla

Da REPORTAGEM

O deputado federal Geninho Zuliani (União Brasil) quer incluir no Calendário Nacional de Imunização a vacina contra a varíola dos macacos. A proposta foi protocolada na Câmara Federal na quarta-feira, 6.

Segundo o projeto, a vacina composta pelo Modified Vaccinia Ankara-Bavarian Nordic (MVA-BN), indicado para a prevenção de monkeypox, deverá ser incluída na relação de vacinas obrigatórias do Ministério da Saúde, compondo o calendário nacional de vacinação do Programa Nacional de Imunização.

Desde 13 de maio de 2022, a Monkeypox vem sendo identificada em diferentes países não endêmicos, inicialmente

na Europa, mas com casos confirmados nas Américas, Oriente Médio e Austrália. Até 21 de junho, já foram confirmados 3.007 casos distribuídos em 40 países. No Brasil já são 76 casos registrados, o que reforça a necessidade de ação rápida, inclusive para contenção de possíveis surtos", afirma Geninho.

O projeto segue agora para análise das comissões internas da Câmara.

Doença

A Monkeypox é uma doença causada pelo vírus Monkeypox, do gênero Orthopoxvirus e família Poxviridae. Trata-se de uma doença zoonótica viral, cuja transmissão para humanos pode ocorrer por meio do contato com animal ou humano infectado ou ainda com material corporal humano contendo o vírus.

A transmissão entre humanos ocorre principalmente por meio de contato pessoal com secreções respiratórias, lesões de pele de pessoas infectadas ou objetos recentemente contaminados. A erupção geralmente se desenvolve pelo rosto e depois se espalha para outras partes do corpo, incluindo os órgãos genitais.

PROJETO SERÁ VOTADO

Cargos sem condenados por agressão

Projeto de lei que proíbe a nomeação de pessoas que foram condenadas por agressões contra idosos, crianças e adolescentes em cargos de comissão na Prefeitura de

Rio Preto será analisado em segunda discussão. A proposta é do vereador Júlio Donizete (PSD). Caso vire lei será proibida a nomeação na administração pública direta e

indireta "para todos os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas por agressão, nas condições previstas pela Lei Federal nº

8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Federal nº 10.741/03, Estatuto do Idoso". A proposta se estende a ocupantes de postos de serviços terceirizados.